

ATA DA 263ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 08/10/2020

PRESIDENTE

EDSON APARECIDO DOS SANTOS

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADRIANA RAMOS COSTA MATEUS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

MARCIONÍLIA NUNES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

DÉBORA ALIGIERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

ANDERSON PEREIRA LOPES (TITULAR) REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

ELZA CALIXTO LIMA (SUPLENTE) REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

RUBENS ALVES PINHEIRO FILHO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CIRLENE SOUZA MACHADO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

PAULO MOURA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO PRADO DE CAMARGO (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ZANDRA FÁTIMA BAPTISTA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JILSOMAR PINHEIRO DA SILVA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MÁRIO FRANCISCO FRANÇA DA SILVA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

PATRÍCIA PEREZ E SILVA DE FREITAS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

PAMELLA DE FREITAS SAIÃO SCAFURA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

GILBERTO FRACHETTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

JOSÉ HENRIQUE MARQUES CAMARGO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS

CARLOS MIGUEL BARRETO DAMARINDO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
ISMAEL GIANERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

JOSÉ ERIVALDER GUIMARÃES DE OLIVEIRA - (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
VALTER MARTINS - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
FLÁVIA ANUNCIÇÃO DO NASCIMENTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
SILAS LAURIANO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
JOSÉ CARLOS SALVADOR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
CLÁUDIO ANDERSON RODRIGUES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
MARGARETH ANDERÁOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ALEXANDER DE CARLO FREITAS NAVARRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

JORGE HARADA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
REINALDO JOSÉ TOCCI (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO LUCRATIVO
VERA MARIA DA SILVA RIBEIRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
FERNANDA SILVA FUSCALDI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

FÁBIO HENRIQUE SALLES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
LUÍZ CARLOS BARBOSA ALVES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
RITA DE CASSIA BATISTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
FRANCIS DA SILVA FERNANDES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARILDA SILVA SOUSA TORMENTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
NELZA AKEMI SHIMIDZU (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARCELO MONTEIRO PINTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DRAUSIO SOARES FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

EDSON APARECIDO DOS SANTOS – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO
ALBERTINA SOUZA RIBEIRO JUSTINO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
ALESSANDRA ESTEVÃO DA ROCHA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
GIVANILDO OLIVEIRA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
MARISA ROSA BARBOSA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JONATHAN DE JESUS SILVA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARTA ANTÔNIA SOARES (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
CÍCERA APARECIDA MOREIRA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
SUELY LIMA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
MARGARETE APARECIDA DE OLIVEIRA PRETO (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

EDUARDO GIACOMAZZI (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS
ANA LÚCIA FIRMINO - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
LUMENA ALMEIDA CASTRO FURTADO (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
CLÁUDIO LUIZ DA SILVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE
PROFISSIONAIS LIBERAIS
MARCO AKERMAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
MARIA DA PENHA MONTEIRO OLIVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
DURVAL SILVÉRIO DE ANDRADE (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

III – Ausentes:

Em virtude da realização da reunião através de videoconferência, onde alguns conselheiros não puderam ter acesso ou relataram dificuldades no uso da ferramenta Microsoft Teams, os ausentes terão justificativa garantida.

IV – Visitantes:

Não houve a participação de visitantes.

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

DIGITAÇÃO:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA
SUELI DE OLIVEIRA GIMENEZ – AGPP

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS-SP: Verifica o quórum para início da reunião, realizada online pela Plataforma Teams.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Inicia a reunião, verificando quórum suficiente, cumprimenta a todos.

Passa à leitura da Pauta:

- A-** Aprovação da ata 262ª Reunião Plenária Ordinária do CMS/SP;
- B-** Informes da Mesa;
- C-** Informe dos Conselheiros;
- D-** Informe das Comissões;
- E-** Ordem do Dia:
 - Situação do COVID 19;
 - COVISA

Deliberações

- Moção de apoio às entidades que solicitam o fornecimento de álcool gel 70%, para a higienização das mãos no transporte público;
- Resposta ao Ministério Público Federal (ofício nº 9550/2020);
- apoio à Carta do Conselho Estadual de Saúde – pela revogação da EC 95;
- Espaço do Conselho Municipal de Saúde;
- Curso de capacitação de conselheiros municipais de saúde – Módulo V;
- Visita ao Hospital Municipal Tide Setubal;

- Organizar reunião entre CMSSP, Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Educação, Mesa Técnica Covid-19 – para tratar sobre a volta às aulas;
- Ordem Interna sobre as reuniões presidenciais do CMSSP e dos conselhos Gestores.
Pergunta se será mantida a ordem do dia.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Já está com o técnico para falar sobre COVID, solicita que a ordem de pauta seja mantida.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Solicita inclusão de Pauta – moção de repúdio ao PL Estadual nº 529, elaborada pelo Movimento Popular de Saúde do Centro. Relata que tal pauta provavelmente seria discutida entre os entes envolvidos em momento simultâneo ao Pleno. Portanto, solicita que o tema seja apreciado primeiro.

Valter Martins, Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Solicita inclusão de pauta de transferência de trabalhadores e trabalhadoras da Saúde Mental, NASF - Especificamente no CCA (Centro para Crianças e Adolescentes)

Silas Lauriano Neto, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Fala sobre o PL 529 e precisa de 10 minutos para a sua manifestação. Concorda com a inversão de pauta sugerida por Debora.

Convidada Fernanda Magano: Tem documento sobre desvio de função de pessoal do NASF. Documento manifesto no dia anterior ao Pleno, relativo ao CCA, relata desvio de função das equipes do NASF para a realização de atendimentos na Assistência Social. Gostaria de obter esclarecimentos pertinentes ao tema.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Estão em condições de transmitir a reunião no Facebook. Agradece ao Conselheiro Mario, que conseguiu tal feito. Parabeniza a equipe de comunicação e o Mário. Como decidido em Pleno anterior, o Pleno será simultaneamente transmitido via Facebook.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Precisam atender ao que saiu na Executiva.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Cumprimenta a todos. Afirma que a gestão quer obedecer o Regimento, no qual está prevista a inclusão de pauta. Porém, afirma que se a gestão não tem os técnicos para fazer apresentação, não é seu problema. Reitera que o Regimento prevê inclusão de pauta, independentemente da presença de profissionais da área técnica. É sempre desculpa da gestão que os técnicos têm pressa.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Os profissionais técnicos estão presentes. Reforça que houve uma executiva para tratar as pautas das reuniões do CMS. O Regimento dá autonomia para questão de inclusão de pauta. Entretanto, não há tempo hábil suficiente. Se a não respeitarem as pautas elaboradas pela executiva, vamos sempre sairão tarde da noite.

Valter Martins, Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Tem proposta relevante para a categoria que representa. Têm denúncia de trabalhadores da Saúde encaminhados para a assistência social nos CCAs. Entende que trata-se de espaço para adolescentes e crianças de 6 a 14 anos, portadores de deficiência - não há espaço para atividades que ultrapassem isso

Silas Lauriano Neto, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: É Regimental a inclusão de votos de Pauta. A conjuntura impõe a discussão do PL Nº 529. Se não houver tempo hábil, propõe que se faça Pleno Extraordinário. Defende que o tema seja discutido com calma.

Paulo Moura da Silva, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte:

A comunidade vem sofrendo com prazos para cirurgias superiores a 3 anos, além da falta de medicamentos na rede - alguns em falta há mais de 2 anos. Pede inclusão de pauta sobre abastecimento de medicação e demora para a realização de cirurgias.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Sugestão de Pauta:

- 1- COVID 19;
- 2- PL nº 529;
- 3- Saúde Mental;
- 4- Medicação e Cirurgia

Consulta o Pleno – aprovado.

Deliberação:

- Moção de apoio ao álcool gel
- Resposta ao MP sobre a COVID
- Apoio à carta do Conselho Estadual
- Espaço do CMS
- Curso de Capacitação de Conselheiros
- Visita ao Hospital Municipal
- Organização entre o CMS e Conselho Municipal de Educação e respectivas gestões quanto ao retorno às aulas
- Ordem Interna sobre Reuniões Presenciais
- NP e TCM Sobre a questão da Câmara sobre o preenchimento das cadeiras do Conselho
- Análise do RAG e Programação Anual, tema discutido anteriormente na Executiva.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita esclarecimento – Quer colocar documento, resolução do Conselho Gestor do HSPM contra a terceirização. Pergunta em que parte esse documento se encaixa.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Propõe colocar nas deliberações.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Ela e Zandra ficaram de acompanhar com o conselheiro Nadir documento do Movimento Popular de Saúde sobre a URSI – representantes para campanha. Quer saber se isso entra nas deliberações. Deseja aval do Pleno para realizar acompanhamento de tal documento.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Fica nas deliberações.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Tem dúvida em relação à moção do Movimento Popular de Saúde Centro - Questiona se a questão do apoio ficará junto à questão da PL N° 529 no ponto.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Consulta o Pleno em relação à pauta. Propõe colocar os informes depois da ordem do dia e deliberações, para haver economia de tempo, havendo assim tempo para discutir todos os temas.
Consulta o Pleno – aprovado

Patrícia Perez e Silva de Freitas, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Na reunião passada foi realizado esse combinado, mas na hora das informes, não havia quórum. Se todos se comprometerem a ficar, concorda.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Reforça a ideia de que o tempo deve ser bem aproveitado, para que questões como a apontada por Patricia não ocorram. Consulta o Pleno sobre aprovação da Ata da 262ª Reunião Plenária – Aprovada. Agradece a Selma pela apresentação. Passa à Ordem do Dia.

Selma Anequine Costa, da Vigilância Epidemiológica: - Apresenta-se. É representante da vigilância epidemiológica da COVISA. Vai falar sobre o controle da COVID. Estamos há 07 meses em estado de pandemia. Há algumas semanas, observa-se queda casos graves de COVID e mortes.

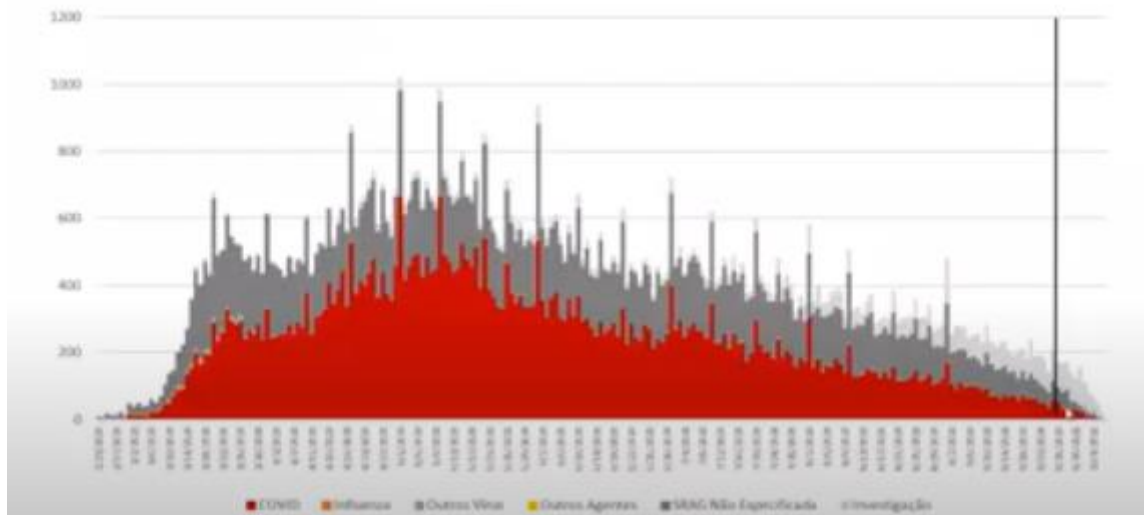


Apresenta gráfico. A barra preta, em lateral direita, não representa a realidade, pois a partir dela constam algumas ausências de resultados - devido ao tempo de notificação por parte dos laboratórios.



A curva subiu bastante em maio, quando houve ápice de casos. A partir de julho inicia a queda. Novamente, o gráfico deve ser observado até a linha preta à direita.

Distribuição dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave segundo data de início de sintomas e classificação final, MSP, 08/10/2020*



Mostra gráfico de casos graves – há queda.

Ocorre tendência de queda dos casos de algumas semanas para cá. Reitera que o tempo entre a internação do paciente e a notificação confirmatória dos casos de COVID é de alguns dias, deve haver compreensão nesse sentido.

Neste dia, há 13.000 confirmados, e 300 em investigação - número reduzido se comparado com períodos anteriores.

Distribuição dos Coeficientes de Incidência de COVID-19 segundo semana epidemiológica de início de sintomas, MSP, 08/10/2020*



Apresenta gráfico de incidência de casos, mensurada semanalmente desde fevereiro. Representa o número de casos novos a cada 100.000 habitantes, desde então.

A COVISA realiza acompanhamento diário, apesar de os registros serem semanais. O estudo epidemiológico é realizado e serve para nortear condutas.

Ressalta a importância de acompanhamento dos casos graves e monitoramento de óbito, a fim de adicionar às estatísticas quais óbitos foram realmente devidos à COVID, a fim de promover ações de assistência, promoção e prevenção à saúde na ponta.

Estão terminando inquérito escolar e no adulto. No adulto, foram oito fases de inquérito, com coletas quinzenais a cada 4 meses. No escolares, as coletas foram quinzenais durante 02 meses. Trata-se de inquérito sorológico, realizado por meio de sorteio com base estatística representativa, a fim de demonstrar, de maneira uniforme, o perfil de imunidade da população.

Na terceira fase, escolares da rede privada foram adicionados ao estudo, a fim de promover panorama mais detalhado das crianças de faixa etária entre 04 e 14 anos no município. Mais de 65% das crianças com contato com o vírus não apresentaram sintomas - o que confirma dados da literatura. Ressalta que, ainda assim, há possibilidade de contágio. Entre os adultos com teste sorológico reagente, cerca de 40% eram assintomáticos.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Abre inscrições.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Há os boletins do Município e do Estado de SP. Em setembro se vê diferença entre os casos notificados na cidade e estado de São Paulo. Ressalta que as diferenças entre dados demonstram subnotificação. Nesta semana, por exemplo, há diferença de 340 mil casos. Propõe começar a discutir as diferenças de nomes entre os sistemas de informação. Que os técnicos tracem os paralelos, para que seja possível discutir as diferenças entre os dados notificados.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Agradece a apresentação. Tem 3 dúvidas. A primeira se refere a diferença de dados - em especial à coleta e notificação. Quer saber se a redução de casos relatada nos gráficos acompanha a mudança de metodologia da produção de dados de número de casos e mortes. Ficou aliviada com relação à testagem de alunos. Essa é a primeira vez que o CMS vê esses dados. Quer saber se existe perspectiva de aumento de casos com a volta às aulas. Gostaria de ter acesso ao estudo exposto na apresentação. Quer saber qual o impacto da descentralização na COVISA na produção desses dados.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Quer saber mais sobre a metodologia utilizada para obtenção desses dados, em qual momento são considerados os óbitos e casos diagnosticados. Ressalta a importância de observar a curva epidemiológica. Defende a discussão do impacto que a reestruturação da COVISA terá sobre o município de São Paulo.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Agradece a presença da Selma na reunião. Quer saber se há informação sobre a vacina na cidade de São Paulo, quando a vacina será liberada aos cidadãos. Ressalta não haver comprovação de eficácia. Pergunta sobre a possibilidade de recontaminação pelo COVID. Expõe informação dita por Dr. Marcos, médico do HC, que 22% dos trabalhadores da saúde haviam sido reinfectados pelo COVID-19. Quer saber se tal informação é real.

Jorge Harada, Conselheiro Titular representante da Universidade Pública: Considera fundamental a apresentação de técnico, valoriza a presença de Selma. A partir dos inquéritos epidemiológicos, pergunta qual a estimativa de prevalência de COVID na cidade de São Paulo. Em tal aspecto, considera que a distribuição é heterogênea na cidade. Questiona quais territórios que têm maior vulnerabilidade? e maior incidência e prevalência da doença. Quer saber como é vista a questão da segunda onda, se a primeira nem acabou. Ontem viu matéria na imprensa sobre o bairro da Liberdade, de região central, onde vem ocorrendo redução do distanciamento social. A tendência é vista com receio. Vê com receio também a questão da volta às aulas. Como está sendo preparada? Há medidas de prevenção sendo tomadas? Admite que crianças podem adquirir quadros graves da doença, além de poderem transmitir aos familiares. Questiona como serão as condições oferecidas às crianças, em relação à proteção com álcool gel, higienização de áreas públicas, etc. Pergunta como está sendo trabalhado o tema com o Sindicato dos Professores e com a Secretaria de Educação? A conduta do governo do Estado causa preocupação.

Selma Anequini Costa: - Reitera que a COVISA sempre manteve os mesmos critérios de análise desde o início da pandemia. Os critérios são muito rígidos. Cada óbito é investigado junto ao hospital. A declaração de óbito é analisada. No Hospital, no PROAIM, é muito detalhada a pesquisa.

Há equipe só para analisar óbitos. As curvas são confiáveis. Tranquiliza a todos. Revela o impacto de descentralização. Felizmente, para a vigilância epidemiológica, a equipe foi mantida, não havendo impacto com os dados. Considera difícil prever se o retorno às aulas causará aumento dos casos, visto que se trata de doença nova. Se receber a vacina no prazo que está sendo divulgado pelo Estado, a COVISA considera-se pronta para aplicá-la. Há estrutura, insumos e organização com o PNI - Programa Nacional de Imunizações. O município está preparado, porém ainda não há data prevista para o recebimento. Acompanha que as etapas de estudo da vacina estão sendo respeitadas, seguindo o rigor científico. A forma escalonada será definida. Sobre possibilidade de reinfecção - MS liberará documento elucidando caso a caso. Alguns testes permanecem reagentes por maior período de tempo, podendo configurar reinfecção que não ocorre de fato. Sobre os inquéritos, deseja agendar um dia para que eles sejam melhor elucidados. Estima-se que 13,6% da população possua imunidade IgG contra a infecção por COVID-19. Como era de se esperar, revela que em regiões onde maior parte da população não pôde realizar isolamento rigoroso, a prevalência é maior. Em áreas de maior IDH, a prevalência é menor. Nos escolares da rede pública, a prevalência foi de 17,6% - como retratado na última etapa da pesquisa. Nos escolares da rede privada, tal dado foi menos expressivo. Provavelmente, devido ao fato de que as crianças das escolas públicas foram mais expostas a familiares que não cumpriram à risca a quarentena, devido ao trabalho, principalmente. Quanto aos protocolos de reabertura, enfatiza que cabe à Vigilância analisá-los. O protocolo de abertura de todo o tipo de comércio e instituição educacional está sendo analisado. Concorde que o retorno às aulas é preocupante, e deve envolver critérios e subsídios adequados, possibilitando que a decisão das Secretarias da Educação e Saúde seja baseada em evidências científicas. Todo o subsídio e protocolos são expostos à população. No entanto, alguns profissionais não respeitam tais protocolos, colocando a saúde em risco. A questão de diferença entre dados municipais, estaduais e federais é complexa. No dia-a-dia, estes dados são retirados do banco do MS, que é a fonte de dados confiáveis. Após esta etapa, equipe da COVISA realiza limpeza das duplicidades de notificação. Há pessoas que aparecem mais de uma vez no banco. Há análise cuidadosa. No entanto, cada instância possui um protocolo de limpeza de dados. Por esse motivo, há diferença entre notificações. No entanto, reitera a importância de se analisar a dinâmica geral da doença. Se todas as instâncias registram queda, por exemplo, é na tendência geral que devemos focar. Diz que as notificações são analisadas diariamente, de modo minucioso. Há tecnologias para prever tendência de estabilidade, aumento ou queda, prevendo a correção de questões de notificação, por meio do NowCast. Se a vacina chegar enquanto a transmissão se mantém como está, o resultado será positivo. Há preparo, para que a distribuição da vacina seja feita de modo escalonado. Se coloca à disposição para participar de reuniões posteriores.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Agradece a Selma pela apresentação. Ressalta que seu retorno será necessário para elucidação de mais questões sobre a COVID-19. Agradece a equipe toda. Sobre o 2º Ponto de pauta – em relação ao PL 529 – Silas propôs pleno extraordinário.

Silas Lauriano Neto, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Fica a cargo dos conselheiros. Pode sintetizar a informação, para que os participantes verifiquem se é necessário se debruçar mais sobre o assunto.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Gostaria que mantivesse, ainda que de forma breve, pois solicita que seja apreciado o apoio à Moção de Repúdio do Movimento Popular de Saúde do Centro.

Silas Lauriano Neto, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Cumprimenta a todos e todas. Vai tentar ser bem sintético. O PL 529 representa desmonte das empresas públicas do Estado de SP. O texto foi colocado na ALESP sem discussão prévia. Não houve audiência pública, nem espaço para possíveis alterações. A desculpa do Dória é para enxugar gastos - segundo ele, 10.4 bilhões de reais constituem o “rombo” do estado. Essas empresas representariam 7.8 bilhões de reais, compensando parcialmente o déficit público. Entretanto, reitera que uma boa administração não se faz com o desmonte de instituições públicas, e sim com uma boa gestão.

O PL extingue 10 Autarquias, fundação e institutos. É um ataque ao funcionalismo público.

Extinção de empresas públicas

- **Extinção de dez autarquias, fundações e institutos;**
- **Na saúde são a FURP, a FOSP e a SUCEN;**
- **Ou seja, todas são empresas que prestam serviços essenciais à população!**

Na Saúde são FURP, FOSP e SUCEN empresas que prestam serviços essenciais à população.

Extinção de empresas públicas

- **Extinção de dez autarquias, fundações e institutos;**
- **Na saúde são a FURP, a FOSP e a SUCEN;**
- **Ou seja, todas são empresas que prestam serviços essenciais à população!**

20% dos servidores públicos recebem menos do que dois salários mínimos. Destes, 52% não recebem além de R\$ 3657,00. 13% recebem mais do que 10 SM. Em sua maioria, são reivindicados pelo próprio governo. Logo, é possível observar que não é o funcionalismo público o causador do rombo no estado.

SUCEN

- Foi criada em 1970.
- Faz um trabalho essencial no controle de endemias no estado de São Paulo, como dengue, Chikungunya, doença de chagas, malária, febre maculosa, entre outras.
- Faz captura de animais peçonhentos, como escorpião.

O desmonte da SUCEN pode trazer impacto avassalador ao sistema de saúde, pois reflete informações acima retratadas.

Em 2003, a FURP produziu 2 trilhões de medicamentos. Nos últimos anos, o volume caiu para pouco mais de 500 mil - representando a incompetência de gerência do PSDB sobre empresas públicas. A lamivudina, usada no tratamento do HIV, além da pirazinamida e penicilina, só é produzida pela FURP e mais dois laboratórios.

FOSP

- A Fundação Oncocentro de São Paulo foi criada em 1986.
- Atende pacientes de todo o país.
- Muitos dos pacientes são acompanhados durante toda sua vida.
- Há uma relação de proximidade entre pacientes e profissionais, o que é essencial para reabilitação e recuperação da autoestima de quem sofre preconceito social por não ter um dos olhos, parte da face, boca ou nariz.
- Mais do que próteses, a FOSP proporciona o direito de conviver em sociedade para quem sofreu alguma mutilação.

A FOSP realiza tratamento e pesquisas em cancerologia e urologia. Fornece próteses, realiza registros epidemiológicos. Atende em todo o país. Em algumas discussões com o governo, este afirma que tem negociado com o HC a questão de produção de próteses. Na prática, não há qualquer contato.

FOSP

- São apenas 83 trabalhadores especialistas que realizam um trabalho muito importante.
- Acabar com a fundação significa deixar de prestar 5 mil atendimentos; de fornecer 700 próteses; e deixar de atender a 150 novos pacientes, do Brasil inteiro, anualmente.
- **Por que querem dificultar o acesso da população ao serviço, extinguindo a FOSP?**

O governo não explicita no PL 529 como tais questões serão resolvidas.

Preocupações do SindSaúde-SP

- Sem essas empresas, quem prestará esses serviços?
- O governo vai passar a responsabilidade para a iniciativa privada?
- A população vai ter que pagar mais caro por medicamentos?
- Quem vai fornecer medicamentos de alto custo para a população?
- Os trabalhadores da Sucen, que atuam na campo, perderão seus empregos?
- E os empregos dos PPIs que atuam na Sucen?
- **Nenhuma dessas questões foram respondidas, nem para nós, trabalhadores, que somos usuários do SUS; nem para os deputados que estão votando o projeto; muito menos para a**

Vêm-se tentando enfiar goela abaixo tal desmonte, se aproveitando de momento de pandemia. O governo está perdendo, pois temos conseguido resistir nesse sentido.

Convidada Joana Biava (DIEESE): - Considera importante debater o PL, que tem escopo gigantesco. Espaços como este devem ser valorizados.

O PL tem como justificativa a resposta à crise fiscal causada pela pandemia de COVID19.

PL 529/2020: tramitação e aspectos formais

- **Tramitação:**
 - Encaminhado pelo governador à ALESP no dia 12 de agosto.
 - Está tramitando em regime de **urgência**
 - Recebeu mais de 600 emendas
 - Necessita da maioria simples de votos em turno único para aprovação.
- **Aspectos formais:**
 - Reúne assuntos diversos e desconexos (pautas antigas)
 - **Não é acompanhado de estudo explicativo e demonstrativo do déficit projetado para 2021, tampouco justifica a escolha da relação de medidas elencadas.**
 - **Não apresenta proposta de reorganização de políticas e destino dos servidores das instituições afetadas**

Foi apresentado no começo de agosto pelo governador. O governo pretende economizar 8,8 milhões até 2021 com essas medidas.

Já teve mais de 600 emendas. Retoma pautas bem antigas do governo. Há mais de um ano queria acabar com a SUCEN. Pouco tempo para debate.

PL 529/2020: objetivo e medidas

- **Objetivo: enfrentar o impacto da crise da Covid-19 para as finanças do Estado de SP**
- **Medidas: afetam toda a população**
 - **Extingue 10 entidades**, entre autarquias, fundações e empresas, todas ligadas à prestação estatal de serviços sociais de saúde, habitação, pesquisa, preservação do meio ambiente
 - Apresenta **programa de demissão incentivada** de servidores públicos
 - **Amplia as alíquotas pagas pelos servidores ao IAMSPE**
 - **Eleva tributos estaduais (ICMS, ITCMD, IPVA)**
- Busca autorização para venda de inúmeros imóveis integrantes do patrimônio do Estado.

Pessoas mais pobres, com valores limitados de herança, pagarão mais impostos. Pessoas com necessidades especiais, até então isentas de IPVA, voltarão a pagar tal imposto. Entre outras medidas, é importante repudiar o PL em tal sentido, visto que propõe soluções permanentes, que levarão à descontinuidade de serviços públicos, em meio à pandemia. Demandas que virão, inclusive na área de saúde, não serão atendidas. Trata-se de uma política de algum tempo. A crise vem sendo desculpa para imposição de tais medidas.

Concessão de serviços ou usos de áreas, entre outras proposições.

Economia já mostra sinais de reação

Taxas de crescimento no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior, em %



PIB+30/Seade:

- De acordo com o último relatório é possível observar uma melhora no **resultado mensal** (gráfico ao lado) em **julho e agosto de 2020** (crescimento de 2,1% e 1,3% em relação aos mesmos meses de 2019)
- Com isso, **no acumulado do ano até agosto** o PIB+30 paulista estava **1,3% abaixo** ao do mesmo período do ano passado. O que indica uma melhora, pois já esteve 2,5% abaixo em maio.

O próprio Secretário da Fazenda enxerga possibilidade de crescimento mais rápido da economia.

PL 529: Previsão de Deficit para 2021

- Nos cálculos da Secretaria da Fazenda e Planejamento, as Receitas Totais são estimadas em R\$ 215 bilhões, e as Despesas Totais foram calculadas em R\$ 225,4 bilhões, ocasionando um déficit de R\$ 10,4 bilhões
- **Propõe a extinção de empresas descentralizadas “para tornar o Estado mais funcional e eficiente”**

• Segundo o PL: Nesse contexto, atividades realizadas por entidades descentralizadas, integrantes da administração indireta do Estado, passaram a ser reavaliadas, culminado em proposta de descontinuidade e/ou transferência para outros órgãos e entidades da administração pública estadual ou, em casos específicos, à iniciativa privada, a seguir apresentadas:

- ✓ Fundação Parque Zoológico de São Paulo
 - ✓ Instituto Florestal
 - ✓ Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo – CDHU
 - ✓ Instituto de Medicina Social e de Criminologia – IMESC
 - ✓ Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – DAESP
 - ✓ Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes
 - ✓ Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S. A. - EMTU/SP
 - ✓ Superintendência de Controle de Endemias – SUCEN
 - ✓ Fundação para o Remédio Popular "Chopin Tavares de Lima" – FURP
 - ✓ Fundação Oncocentro de São Paulo FOSP
- Saúde**

O orçamento para 2020 dos departamentos é pequeno, não auxiliará a conter a dívida de 10 bi.

PL 529: a extinção da FURP, FOSP e Sucen trará economia mínima e grande prejuízo para trabalhadores e usuários dos serviços

**Dotação orçamentária e despesas liquidadas da FURP, FOSP e Sucen
Governo do Estado de São Paulo - 2017 a 2020 (em R\$)**

Unidade	2017			2018		
	Dotação Atual	Liquidado	% liquidado	Dotação Atual	Liquidado	% liquidado
FURP	416.620.741,00	313.596.599,59	75,3	328.062.884,00	304.109.016,25	92,7
FOSP	10.881.064,00	10.279.450,65	94,5	11.749.221,00	11.048.473,89	94,0
SUCEN	96.694.455,00	82.899.217,81	85,7	94.637.660,00	82.459.541,35	87,1
Total	524.196.260,00	406.775.268,05		434.449.765,00	397.617.031,49	

Unidade	2019			2020		
	Dotação Atual	Liquidado	% liquidado	Dotação Atual	Liquidado	% liquidado
FURP	328.032.761,00	277.763.273,56	84,7	306.359.933,00	93.221.939,56	30,4
FOSP	12.609.172,00	11.074.498,73	87,8	11.895.978,00	5.690.840,70	47,8
SUCEN	99.967.748,00	86.221.540,57	86,2	93.027.196,00	43.995.572,53	47,3
Total	440.609.681,00	375.059.312,86		411.283.107,00	142.908.352,79	

Fonte: Sefaz. GESP

Elaboração: Subseção do DIEESE no SindSaúde-SP

Obs.: acesso em 14 de agosto de 2020

Dotação dos três órgãos corresponde a 1,5% do orçamento da SES (R\$ 27,8 bi em 2020) – mas órgãos ocupam 1.862 trabalhadores

DIEES

Não se sabe se os trabalhadores serão incorporados ou não. Vemos impactos na saúde:

Impactos do PL 529/2020 para a área da saúde

- Extinção de órgãos e serviços: FURP, FOSP e SUCEN
 - **Impacto na oferta e nos preços dos medicamentos** para atender as demandas do SUS
 - Perda de **capacidade de pesquisa e desenvolvimento** de medicamentos
 - Possibilidade de **desarticulação da pesquisa oncológica desenvolvida pela FOSP**
 - **Diminuição da oferta de próteses** para a população
 - Deve afetar a capacidade de **articulação estadual da política de controle de endemias** e sua **capacidade de antecipar surtos e coordenar ações**: caso da febre amarela
 - **Municípios pequenos ficarão desassistidos** com a descontinuidade do trabalho direto ou dos treinamentos efetuados pela Sucen

Lembra que os trabalhadores de campo da SUCEN foram essenciais para a identificação precoce da febre amarela no município de São Paulo.

Sucen: importância da assessoria técnica aos municípios

SUCEN possui a competência de prestar assistência técnica aos municípios, na execução das atividades de **controle de vetores e hospedeiros intermediários**, bem como o controle de artrópodes peçonhentos, incômodos e roedores; além de **acompanhar e avaliar tais atividades realizadas pelos municípios**, entre outras atribuições. Desta forma, contribui também com o **planejamento e coordenação de ações intermunicipais e regionalizadas** de prevenção e controle das doenças.

O Estado de São Paulo possui, hoje, 645 municípios. Destes, **504 municípios possuem até 50 mil habitantes (15% da população do Estado)**, sendo alvos de ações de assistência e atuação local por parte da SUCEN.

Tabela 3 – População residente nos municípios do Estado de São Paulo - 2020

Municípios	N.	População Estimada
Até 50 mil habitantes	504	6.946.082
Mais de 50 mil habitantes	141	39.343.251
Total	645	46.289.333

Fonte: IBGE – Projeções populacionais 2020.
Elaboração: DIEESE



A equipe da SUCEN envolve trabalhadores caros. Muitos municípios não possuem condições de arcar com esse custo.

Sucen: recursos e ações previstas para 2020

- A previsão de dotação orçamentária atualizada da SUCEN, está em R\$ 93 milhões para 2020 e foi assim distribuída:
 - R\$ 76,4 milhões para ações ligadas à Vigilância em Saúde, o que compreende o **controle de doenças transmitidas por vetores e hospedeiros intermediários**. Segundo a LOA do Estado de São Paulo 2020, está projetada uma **meta de 12.000 assessorias fornecidas a municípios, por parte da SUCEN**, para o controle dessas doenças;
 - R\$ 15,7 milhões para o Fortalecimento da Gestão Estadual do SUS, que compreende o **apoio administrativo na Secretaria Estadual de Saúde (SES)**;
 - R\$ 688,2 mil previstos para a Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal na área da Saúde, incluindo capacitações técnicas e administrativas. Na LOA do Estado de São Paulo 2020, está projetada uma **meta de capacitação de 7.100 trabalhadores do SUS**;
 - R\$ 224,5 mil estão previstos para Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, na forma de **projetos de pesquisas científicas**.

Para o município, haverá dois resultados imediatos - visto que os vetores não reconhecem fronteiras entre as cidades:

PL 529: impactos para a saúde do município

- **Desarticulação da política de vigilância e controle epidemiológico:**
 - Importância de ação coordenada: **vetores não reconhecem fronteiras**
 - **Municipalização** da vigilância epidemiológica: **lenta e desigual** (e mesmo onde parece consolidada pode sofrer retrocessos - ex. reestruturação da Covisa)
 - **Perda do trabalho e da expertise de campo para a pesquisa** ligada ao controle de endemias que hoje pode **prestar assistência e treinamento nos municípios**
- **Sobrecarga do sistema de saúde municipal** em contexto de pandemia:
 - Aumento dos **adoecimentos**
 - **Ampliação da população atendida** (servidores e dependentes “expulsos” do IAMSPE)
 - **Usuários com câncer e que precisam de próteses**



Há municípios em que o papel da SUCEN é essencial. Os trabalhadores de campo são essenciais para a integração da prática com a área de pesquisa.

Lembra que muitos usuários do IAMSPE e FOSP deixarão de acessar estas redes de cuidado, sobrecarregando o SUS.

Silas Lauriano Neto, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: informa que na pauta da manhã o CES reprovou por unanimidade o PL 529.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Abre inscrições.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Afirma estarmos num momento em que o governo joga mais

trabalhador na rua, impedindo acesso à Saúde pública. Fazendo o inverso dos países da Europa, que estão dando opções para o povo sobreviver. Sempre tem que tirar do trabalhador, do povo pobre. Faz alusão a uma pizza: Os ricos recebem o maior pedaço. O Brasil e a Estônia são os únicos países que não taxam as grandes fortunas e heranças. A que custo o governador João Dória está fazendo isso? Na primeira votação, foram distribuídos R\$ 50 milhões em emendas. Hoje, o governo federal disponibiliza R\$ 500 milhões para aprovar esse PL. O João Dória representa o Governo da privatização. Quer transformar o Brasil em uma colônia dos EUA. Sempre tirando do povo. Pede revogação da emenda constitucional.

Jorge Harada, Conselheiro Titular representante da Universidade Pública: Agora a moção de repúdio. Esse movimento já vem acontecendo bem antes da pandemia. Há muitos anos. Não é só o governo federal que quer “passar a boiada” em tempos de pandemia. Cita a regulação de mercado realizada pela FURP, evitando aumento de preços. Diz que a Oncocentro também realiza controle de qualidade dos centros de produção privados. A SUCEN, FURP e Oncocentro têm muito por onde melhorar. Precisa haver gestão solidária. No entanto, é preciso defender a manutenção destes órgãos, cuja extinção não representaria grande economia. Só a moção não é o suficiente. Defende a organização de agenda do SINDSAÚDE com o COSEMS, manifestações nas redes sociais e frente ao MP, entre outras frentes de luta e disputa.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Reitera que não se pode perder tempo, e a importância do CMS frente a reverter tal desmonte. Defende a união entre CMS e o Conselho Estadual de Saúde.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Lê trecho de moção construída pelo Movimento Popular de Saúde Centro:

Em reunião realizada no dia 05 de outubro de 2020, o Movimento Popular de Saúde do Centro deliberou pela apresentação de moção de repúdio ao PL 529 frente ao CMS e por potencializar a mobilização contra o PL. Em vez de ajuste fiscal, o governo deveria combater o superfaturamento e gestão fraudulenta, inclusive nas OS, que vêm sendo alvo de iminente investigação por parte da imprensa. Como as mudanças provocadas pelo projeto são muitas, mesmo setores favoráveis ao governo de João Dória se mostraram contrários ao PL e ajudaram a impedir sua votação até o momento. Para garantir que o governo não convença deputados por meio de recursos financeiros, é preciso manter as mobilizações por meio das redes sociais, atos e manifestações diárias na ALESP. Os horários são divulgados conforme a agenda das sessões parlamentares, com máscaras, álcool gel, distanciamento social, há a possibilidade de se fazer presente e pressionar governador e deputados. Se você usa transporte intermunicipal, possui ou conhece alguém que tem tuberculose e faz tratamento na Rede Hora Certa, tratamento de câncer, ou é pequeno empresário prejudicado pelas alterações no sistema tributário, é convidado a se unir em defesa de estado voltado para as causas sociais. Todas as entidades da sociedade civil, comprometidas com as políticas sociais, são convidadas a assinar o documento e participar das manifestações em curso.

Moção de Repúdio ao PL nº 529 de 2020: Em defesa das políticas públicas pela rejeição do PL 529/2020, o Movimento Popular de Saúde Centro de São Paulo convoca movimentos, sindicatos associações, ONGs e coletivos a prestarem contra o PL em processo de votação na ALESP, porque traz prejuízos à sociedade, perda de patrimônio. Serviços públicos importantes, se privatizados, representarão custo ao estado e à população, dando lucro a empresários. O PL 529/2020, apresentado pelo Dória à ALESP, é o maior ataque neoliberal ao estado de SP, pois prioriza privatização e terceirização, desativando serviços públicos e organizações sociais; ou aumentando os custos nas áreas sociais, privilegiando lucro de empresas privadas, muitas mascaradas de filantropia. Sob a desculpa da necessidade de medidas de ajuste fiscal e equilíbrio das contas públicas, inclusive justificando os prejuízos econômicos causados pela pandemia, o governo do estado apresenta projeto que entrega o patrimônio do estado ao setor privado, entrega direitos trabalhistas e implanta mudanças nos impostos que prejudicam as áreas sociais, os trabalhadores e pequenos empresários. São atacados setores quais como área rural, educação, habitação, meio ambiente, saúde e transporte.

Exemplos na saúde:

- Desativação da FURP - medicamentos da Rede Hora Certa são por ela fabricados. Se a empresa for desativada, governo gasta mais para comprar os medicamentos, envolvendo também risco de desabastecimento de medicações mais baratas, como aquelas usadas no tratamento de Tuberculose.
- Desativação da SUCEN, que presta serviço de assessoria aos municípios em funções como o combate à dengue em tempo de pandemia. A medida pode aumentar o risco de contaminações virais
- Desativação da Organização Oncocentro, poderá provocar o fim da fabricação de próteses para pacientes oncológicos.

Em outras áreas:

- Desativação do ITESF e consequente fim do apoio a assentamentos rurais;
- Desativação da CDHU e fim das urbanizações de favelas;
- Desativação da EMTU e consequente privatização e aumento das passagens de ônibus intermunicipais

Por essas razões, considerando prejuízos da oferta de serviços públicos e aos direitos sociais da população do estado e município de São Paulo, manifestamos nosso repúdio ao PL 529/2020 apresentado pelo governo do estado de São Paulo.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Feita a leitura, consulta o Pleno.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Pede votação nominal.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: - Faz chamada:

Auxiliadora – a favor; Marcionília – a favor; Dimas – a favor; Rubens -; Cirlene – a favor; Maria Aparecida – a favor; Jisomar - ; Mário -; Vita – a favor; Margareth – a favor; Pâmella – a favor; José Henrique – a favor; Carlos -; Ismael – a favor; Erivalder – a favor; Deodato -; Valter – a favor; Leandro – a favor; Silas – a favor; Jorge Harada – a favor; Alexander – a favor; Maria da Penha – a favor; Reinaldo – a favor; Vera – abstenção; Fábio – abstenção; Francys – abstenção; Marilda –

abstenção; Marcelo – abstenção.

Resultado: 18 a favor – 5 abstenções.

Aprovada a moção.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Próximo Ponto: - Saúde Mental.

Alexander de Carlo Freitas Navarro, Conselheiro Titular representante das Associações de Profissionais Liberais: Afirma que nova mudança de financiamento não contempla o NASF. Desde 2019 não existe mais o NASF. Fizeram reunião de Comissão de Saúde Mental e receberam notícia de que as equipes seriam mantidas e a continuidade dos trabalhos depende das coordenadorias. Querem entender o Planejamento. O NASF não se restringe à Saúde Mental. Dá suporte às UBS. Quem decide nos territórios não as OS. Que digam o que pretendem em cada território, e as provisões só acatem, sem participação dos trabalhadores.

Valter Martins, Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Considera pertinentes os questionamentos. Trabalhadores e Trabalhadoras da Saúde vêm sendo encaminhados aos CCAS. Tem recebido denúncias a respeito, já que se trata de entidade de cuidado específica para crianças e adolescentes, que em sua maioria são deficientes e necessitam de proteção social. É necessária interferência no cuidado destes jovens. Defende o acompanhamento próximo de tal situação.

Convidada Fernanda Magano: - Afirma que os assuntos se sobrepõem: Com o desmonte dos NASF, já há alteração na Atenção Básica. O que Valter afirma é sobre um elemento novo, que dificulta o

funcionamento da estrutura da saúde mental, pois é intersecção entre saúde e assistente social. Saiu publicação determinando que as estruturas de saúde passem a fazer atendimento em grupo nos CCAS. É a máxima do “cobertor curto”. Considera-se a pandemia em que vivemos. No entanto, assunto de tal delicadeza deveria ser tratado com debates. O ponto deveria ter sido debatido entre as Secretarias de Saúde e SMADS. Os servidores ficarão em desvio de função, sendo notificados via WhatsApp. Isso produz desassistência no serviço de saúde mental. É mais um elemento que aumenta a complexidade na questão de parametrização, atendimento em território e ausência da estrutura de financiamento dos NASF. Trazem denúncia e manifestação em que isso precisa ser pactuado, inclusive por parte de áreas técnicas da saúde e assistência social, explicando, já que o tema não foi debatido em SMADS nem aqui. Defende que tal tema seja debatido em ponto específico, em que condições ele foi criado, já que cria situação de desassistência em saúde.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pergunta ao Fábio se há alguém da Saúde Mental presente.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Não está presente, mas recebe as demandas e as encaminha.

Paulo Moura da Silva, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Quer saber como estão os termos aditivos de cada região. Estão pagando algo que não está sendo feito: Tudo isso tem que ser visto.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: As equipes NASF foram mantidas. Não foi removida nenhuma equipe. Houve ampliação da assistência, não só o apoio. A Portaria nº 2979/2019 dimensiona isso. Houve fortalecimento das equipes, baseada na autonomia em sua composição. Foram encaminhados profissionais faltantes em algumas regiões, atuando junto em unidades de assistência, consultas individuais, apoio à população idosa, etc. As equipes vêm sofrendo fortalecimento nas regiões, e estão aumentando suas equipes. Considera válida a proposta do CMS. Será feita a devolutiva.

Patrícia Perez e Silva de Freitas, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Como estão vendo esses relatos que os profissionais do NASF terão que fazer plantas em unidades de SMADS, como fica? Que isso seja esclarecido. A questão financeira. Como foi feito esse acordo. Profissionais deixam de atender na AB para atender nos CCAS. Mesmo os termos de acordo e condições financeiras precisam ser discutidas. Afinal, determinados territórios ficarão desprovidos do NASF.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Ouve a situação. No entanto, a necessidade não é só de documento, mas conversa com o pessoal que toca essa questão. A Atenção Básica é responsável pelo NASF. Pergunta como a Comissão de Saúde Mental considera encaminhar essa questão.

Alexander de Carlo Freitas Navarro, Conselheiro Titular representante das Associações de Profissionais Liberais: Fazer levantamento de questionamentos e com as respostas, deliberar o encaminhamento. Tem reunião agendada de Saúde Mental para dia 16/10. Que as CRS façam apresentação de como será o NASF em cada região. As OS são diferentes.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Quer complementar com relação a esse acordo entre SMADS e SMS. Na sua região foi levantado que na ILPI. Nessa ILPI, há um funcionário contratado da SPDM que presta serviço na ILPI, de segunda a sexta. Considera bom o trabalho intersecretariais. Porém, precisam entender isso de forma geral. Vai passar para Comissão de Saúde da Pessoa Idosa, essa articulação das Secretarias de Saúde e Assistência Social.

Marilda Silva Sousa Tormenta, Conselheira Titular representante do Poder Público: Em parceria institucional já foi discutida tal questão, na Comissão de Idosos. O processo atual dos idosos é levantar essas ILPI, como se deu essa parceria e esse contrato. Tem participado. O Nadir já está super por dentro desse processo. Ele, por ser idoso e trabalhar a especificidade, possui experiência na área, e sabe explicar de maneira que todos podem entender. Muitos conselheiros não participam ativamente das comissões.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Para entender melhor – aquela classificação realizada pelas UBS envolve as equipes do NASF?

Patrícia Perez e Silva de Freitas, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Considera importante que todos os conselheiros participem de tal Comissão, por se tratar de tema de interesse de todos, abrangente a todas as regiões do município. Solicita que essa reunião de Comissão de Saúde Mental se transforme em Pleno Extraordinário, que se formalize esse pedido. Haverá substituição da reunião da Comissão de Saúde Mental, para reunião do Pleno com presença da área técnica da Atenção Básica.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Consulta o Pleno – Aprovado Pleno Extraordinário dia 16/10, às 10h.
Teto da reunião de hoje – 18h30.

Paulo Moura da Silva, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Preocupa-se como que está acontecendo. Verifica que há pessoas que esperam há 03 anos para a realização de cirurgia de joelho. Conhece paciente com este caso específico. Há 03 anos não havia COVID, e ainda assim havia demora na realização de cirurgias. Há gargalo de acúmulo, causando sofrimento a muitas pessoas. Desabastecimento. Cirurgias que não são realizadas. Muitos problemas atribuídos à COVID sempre existiram. Há pessoas que necessitam há anos de medicamentos, inclusive insulina e sulfato ferroso, e não têm acesso. Deixa essa reflexão.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Precisa cobrar da gestão por que estão acontecendo esses problemas e fazer a discussão. Considera que a questão levantada por Paulo não é pontual. Em sua UBS, a Santa Cecília, não há alendronato, amitriptilina, espironolactona, hidrocortisona, ivermectina, medroxiprogesterona, Atil, risperidona, sulfato ferroso, valproato de sódio, entre outros medicamentos. Não é um problema isolado, mas sim abrangente a todas as regiões da cidade. A Política de Assistência Farmacêutica requer discussão. Precisa-se cobrar da gestão movimentação para resolver tal questão.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Cita dados de cirurgia no município de São Paulo que estão no aguardo. Critica a ausência de exames disponíveis em UBS, fazendo com que o povo tenha que pagar altos valores no particular para acessarem estes exames.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Se as STS e as CRS não recebem esses problemas têm que ser trazido pra o CMS. Cita também falta de fraldas, importante tanto quanto medicamentos. Que sejam agilizadas a distribuição de medicamentos e insumos. O que é passado é que a Secretaria não está entregando. Está se manifestando porque não pode, em hipótese alguma, faltar medicamentos ou insumos.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Propõe pauta: Regulação no Pleno. Avaliar a rede e o fluxo das especialidades.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Vão para os encaminhamentos – Regulação – Políticas de Saúde. Passa os Informes dos Conselheiros. A discussão será encaminhada para as Políticas de Saúde - em relação a exames, medicamentos e insumos faltantes. Também se tratará na regulação. Sugere que se respeite o horário máximo da reunião.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: BID já começou reforma em UBS da sua região. A STS Lapa Pinheiros faz grupo de trabalho para acompanhar as obras do BID na região. Hoje foi a 3ª reunião. Aprovou-se no Conselho de Supervisão Técnica grupo de trabalho para acompanhar as obras do BID. Hoje haverá terceira reunião. Houve problema no Vera Cruz, que está sendo manejada. Precisa da segunda etapa para que possa acompanhar efetivamente as obras.

Elza Calixto Lima, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Relata que também estão com falta de medicamentos na região Sul.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Passa aos Informes das Comissões.

Comissão de DST/Aids: - Patrícia Perez e Silva de Freitas, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Houve atraso na formatação da PAM 2020 e a apresentação foi adiada.

Comissão de DST/AIDS foi cancelada, pois haveria apresentação da PAN 2020 - apresentação parcial do balanço das ações realizadas. Entretanto, o antigo programa municipal de coordenadoria atrasou a formatação da apresentação, o que implicou no cancelamento da apresentação da PAN 2020, que será em 04 de novembro.

Com a contribuição da sociedade civil, construiremos metas para a PAN 2021.

Comissão Pop. Rua: - Foi reunião rica em participantes, com área técnica presente e efetiva. Será discutida na próxima reunião a questão do Hospital Municipal da Bela Vista, obtido após aluguel de prédio antigo. É hospital de campanha, que está sendo remanejado e se tornará referência para tratamento da População de Rua, a que será destinada parte dos 118 leitos. Considera importante todos participarem, a fim de se informarem sobre os setores hospitalares e gestão de recursos. Cita lei que preconiza que 10% dos leitos sejam psiquiátricos.

Comissão de Avaliação e Monitoramento das Conferências: - Estão avaliando as propostas da Conferência. As que foram realizadas e não. Estão discutindo a próxima conferência (vigésima primeira, a ser realizada em 2021). Reconhece a correria e o trabalho que envolvem a construção de conferência.

Comissão de Saúde Mental; - Fortalecer os CECCO, além de discutirem os NASF. Os CECCO oferecem serviços de grande importância. Há 2 com 01 e as outras sucateadas.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: **Comissão de Comunicação:** - Haverá transmissão online e facebook, o que considera uma alegria. Há muito trabalho, precisam de profissionais de comunicação. Sabe que está difícil conseguir estagiários. Espera que Fabio possa colaborar para resolver esta questão.

Comissão de Políticas de Saúde: - Tinha apresentação, para a gestão apresentar aspectos da reestruturação sobre as Políticas de Saúde – foi cancelada, porque a profissional da gestão ficou doente. Há muitas dúvidas quanto ao decreto. Foram discutidos quatro artigos na primeira reunião, o que demandou segunda reunião, informal, com leitura de mais três itens. Cita estrutura muito seca da SMS. A ideia é continuar discutindo a reestruturação. Há grupo de estudos, aberto a todos. O horário ainda será estudado, no sábado. A metodologia foi alterada – de ler artigo por artigo – para o foco na leitura anterior dos artigos e posterior discussão em reunião.

Comissão Intra Interconselhos: Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: - Relata visita virtual ao Hospital Tide Setúbal – propõe convite para o diretor participar da reunião da Interconselhos. Deseja agendar reunião, aberta, a fim de esclarecer

à sociedade o que vem ocorrendo no Tide e outros hospitais da rede pública. Agradece a compreensão de todos e todas.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Afirma que decidiu fazer convite para coordenadoria e supervisão responsável pela STS AMA Eliza Maria, que pegou fogo em fevereiro. Na reunião, em que colocou essa questão, lhe foi dito que não haveria necessidade de trazer tal pauta ao Pleno. Quer saber como ficou tal questão.

Patologias e Doenças Raras: - Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Fizeram reunião com presença da área técnica de saúde bucal. Discutiram o avanço no tratamento de doenças raras. Dr. Edmir e Dr. Carlos Eugênio trouxeram as diretrizes e linha de cuidados de doenças raras, a ser publicada no fim do mês. Foi ratificada a ampliação dos testes do pezinho para 46 doenças raras e doenças genéticas de manifestação tardia até então ausentes no SUS. Foi realizada roda de conversa pertinente ao tema de saúde bucal a pessoas que necessitam, de necessidades especiais. Hospital do Campo Limpo é referência. Tira um dia para tratar pacientes especiais, que necessitam de anestesia geral para o tratamento odontológico, por imobilidade ou excesso de movimento. O Saboya e Ermelino Matarazzo também vão atender. Débora levou a questão de insulina que estão sobrando. Expõe questão do excesso de insulina comprada pelo governo federal. Como será “desovado” este material? É questão delicada. A cada mês, há mais de 03 doenças raras em evidência, como fibrose cística e mucopolissacaridose. Precisa-se de visibilidade. Esclerose Múltipla pediu para colocar texto no site da SMS, fomentando discussão. Não foi possível, devido à vigência de período eleitoral, mas após as eleições vão colocar todas as doenças. Reforça importância de dar visibilidade a questões das doenças raras. Dia 29 de fevereiro é o Dia Internacional dos Portadores de Doenças Raras. Tal conhecimento, pertinente ao tema e sua visibilidade, deve ser exposto ao CMS e público em geral, promovendo conscientização.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Houve uma compra de insulina pelo MS que precisa ser distribuída na Atenção Básica e o serviço precisa ser organizado. Há grupo de trabalho articulando tais questões. Na Comissão de Comunicação, visa-se a presença da Ouvidoria, na comissão, não viram relatórios de Ouvidoria. É preciso possuir profissional técnico da ouvidoria indicando reclamações pertinentes ao COVID, por exemplo; deve-se encaminhar demanda oficial a fim de conseguir tal feito.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: O logo de doenças raras foi aprovado na Comissão de Patologias, como um quebra-cabeças, no qual sempre haverá algo para acrescentar. Agradece ao Dr. Edmir, Carlos Eugênio e ao Leandro, que nunca faltou a nenhuma reunião da Comissão.

Comissão de Saúde da Mulher: - Pamella de Freitas Saião Scafura, Conselheira Titular representante das Pessoas com Deficiência: Outubro é mês de conscientização do câncer de mama. Na última reunião falamos sobre pessoa com deficiência, pop. LGBT e Saúde do Homem – análise do RAG 2019. Ressalta que a área técnica tem participado das reuniões. Dia 28 haverá a próxima reunião.

Patrícia Perez e Silva de Freitas, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: A comissão está debatendo coisas importantes, interessantíssimas. Discussão anterior com a área técnica sobre a Comissão de Saúde do Adolescente foi muito esclarecedora. Apresentou a pop. LGBT. Está sendo super rico o debate, pois em cada reunião é discutida com a área técnica a situação de um segmento da população em especial.

Comissão de Orçamento e Finanças – Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Afirma ter ficado comprometida a reunião.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: A reunião aconteceu, para que fosse possível compreender melhor a reestruturação. Corrige a colega, que compreende e concorda com a sua colocação.

CIST – José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Está em outra reunião, mas vai enviar informe importante.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Passa às deliberações.

- 1- Moção apresentada por Jilsomar – aprovada.
- 2- MP – Recursos para intubação – COVID 19 – reunião de 14h30 – grupo amanhã – Aprovado.
- 3- Apoio à carta do CES – EC 95 – Aprovado.
- 4- Manutenção do espaço físico do CMS no 4º andar do prédio da SMS.

Votação nominal:

Auxiliadora –sim; Adriana – sim; Débora – sim; Dimas – sim; Rubens -, Cirlene – sim; Maria Aparecida – sim; Jilsomar – sim; Mário – sim; Vita – sim; - Margareth : Patrícia – sim; Pâmella – sim; José Henrique – sim; Erivalder – sim; Vita – sim; Leandro – sim; Silas – sim; Alexandre -; Jorge Harada – sim; Maria da Penha -; Jason-; Reinaldo -; Vera – não; Fábio – não; Francys -; Marilda -; Marcelo – não.

Aprovada a permanência no 4º andar - por 17 votos.

3 votos contrários.

5- Curso de Capacitação de Conselheiros – V Módulo – vai ser realizado – Proposta para realização no dia 22/10/2020, das 13h30 às 17h30.
Ciclo Orçamentário – Aprovado.

6- Havia proposta para vista ao Tide Setúbal, mas a 1ª iniciativa seria reunião da Interconselhos com o diretor do Tide aberto a todos os conselheiros.
Convidar também a Coordenadoria da Leste – Elza.

7- Reunião para tratar da volta às aulas – aprovado.

8- Reunião online e presenciais – dialogar com Secretário.

9- Análise do RAG e PAS – prazo até 30 de novembro – contribuição dos conselhos gestores – Aprovado.
(comunicar as regiões).

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Justifica que a pandemia ainda não acabou, portanto seria inviável realizar reunião presencial com o Secretário. Espera que entendam tal questão de ordem interna. A responsabilidade de cada um, mas há preocupação do Secretário em relação à saúde de todos - O motivo da Ordem Interna. Não há nenhum órgão público, inclusive a Câmara Municipal, funcionando com reuniões presenciais.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Releva que há situações específicas em que, com proteção e profilaxia adequada, é possível sim realizar algumas reuniões presenciais. Há diversos pontos de flexibilização da quarentena com as quais não concorda.

Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Pede que Fabio compreenda que o diálogo é prioritário.

Jilsomar Pinheiro da Silva, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Convida o Secretário de Saúde e Fabio a passear de ônibus do extremo sul de São Paulo pela manhã, a fim de compreender o que é aglomeração de verdade.

Marilda Silva Sousa Tormenta, Conselheira Titular representante do Poder Público: Quer que a região do Centro, que ali tem três representantes, seja ouvida. Reclama que nunca consegue falar. Cita exemplo do Curso de Orçamento e Finanças.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pede que seja encaminhada queixa formal ao MP, em relação à Comissão dos Movimentos de Contratos de Gestão, pertinentes à região Sul, em caso de encaminhamentos sem resposta.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Fala da URSI V. Prudente. Tirar 3 representantes que acompanham o documento que está tramitando – Adriana, Zandra e Nadir, Fábio para acompanhar esse documento.

Aprovado.

Encerrada a reunião às 18h42.